



Embaixada da República de Angola na República Portuguesa

## NOTA DE IMPRENSA

A Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República de Angola na República Portuguesa, Sua Excelência Maria de Jesus Ferreira, destacou hoje a importância da governação electrónica e do uso das novas tecnologias de informação como factor de desenvolvimento social e económico em todo o mundo e, em especial, no continente africano.

A Embaixadora Maria de Jesus Ferreira, em representação do Estado angolano, falava, na sede do secretariado da CPLP, em Lisboa, na sessão de abertura da III Reunião Interministerial da Governação Electrónica da organização, assinando no final dos trabalhos o documento que oficializa a passagem da presidência de Angola para São Tomé e Príncipe.

Na sua intervenção, a Embaixadora Maria de Jesus Ferreira considerou que “a governação electrónica tem desempenhado um papel fundamental na transparência e no combate à corrupção, reduzindo significativamente as interacções pessoais que são substituídas pelo uso de plataformas digitais para serviços públicos (como atribuição de licenças, pagamento de impostos ou efectuação de registos) reduzindo desse modo as oportunidades de suborno e corrupção”.

Para a representante do Estado angolano em Portugal, “a governação electrónica, inclui a criação de portais online que divulgam orçamentos e gastos governamentais, aumentando a transparência da prestação de contas permitindo o reforço e fortalecendo a confiança nas instituições”, contribuindo também “para a criação de sistemas automatizados que aceleram processos burocráticos, como emissão de documentos pessoais ou registo de empresas”.

“Contudo”, sublinhou a Embaixadora Maria de Jesus Ferreira, “para tudo isto é necessário um amplo programa de educação digital. Um bom exemplo, foi recentemente dado pela União Africana com a aprovação de um programa, denominado, precisamente, “Educação Digital”, que visa reduzir a exclusão, especialmente para mulheres e jovens.

Para a Embaixadora Maria de Jesus Ferreira, “um outro desafio com que o nosso continente se debate prende-se com o facto de apenas 40% da nossa população ter acesso à internet, o que exige dos nossos governos e organizações um forte investimento em infraestrutura e literacia”

“Angola tem dado passos significativos em direcção à governação electrónica. Estes passos estão em perfeito alinhamento com as acções tendentes à reforma da administração pública, tornando-a mais dinâmica e capaz de responder, convenientemente, aos elementares anseios dos seus utentes.”, acrescentou a Embaixadora Maria de Jesus Ferreira, sublinhando que “o Executivo angolano está a preparar uma agenda de transição digital da administração pública, a qual assenta na identificação de serviços para simplificação administrativa, desmaterialização e desformalização de procedimentos, bem como a desburocratização dos serviços públicos, de modo a aumentar a eficiência administrativa nos mais variados domínios”.

Falando ainda da realidade nacional, a Embaixadora Maria de Jesus Ferreira, afirmou que Angola definiu como prioridade potenciar as suas capacidades em termos da utilização de novas tecnologias de informação, quer no domínio da formação



profissional como na criação de mecanismos que permitam aproveitar todas vantagens práticas para a modernização da nossa governação”.

“Não se pode ignorar que, a despeito dos benefícios da operabilidade digital, os Estados também se deparam com desafios complexos, como a segurança da informação e a preservação da privacidade dos cidadãos. Dai que, urge investir em sistemas sólidos de protecção de dados e estabelecer mecanismos de governação efectivos, a fim de garantir a confiança e a segurança das operações digitais”, disse.

Em relação ao que se passa na CPLP, a Embaixadora da República de Angola na República Portuguesa, disse que “podemos verificar experiências diferentes e interessantes que nos deixam confiantes de que os países da nossa comunidade estão em condições de promover a partilha massiva de conhecimentos e de soluções tecnológicas exitosas. A CPLP compartilha a riqueza da língua portuguesa e também os desafios e oportunidades da era digital, podendo desta forma avançar unidos, explorando as melhores práticas e aprendendo uns com os outros para impulsionar o desenvolvimento e a prosperidade”

“A transição digital deve estar firmemente enraizada nos valores de justiça, equidade e inclusão, por ser uma ferramenta poderosa para promover a igualdade de acesso aos serviços públicos, capacitando os cidadãos e construindo uma sociedade mais justa e coesa”, finalizou.

Acompanharam a Embaixadora Maria de Jesus Ferreira nesta actividade, além de diplomatas angolanos acreditados em Portugal, uma equipa do Instituto de Modernização Administrativa (IMA), liderada pelo seu Director Dr. Meick Afonso.

**SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA DA  
EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA NA REPÚBLICA  
PORTUGUESA, aos 25 de Março de 2025**